

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA Rua Padre João Coutinho, 121 CNPJ nº 18.836.973/0001-20 - Tel.: (31)3872-5005

35388-000 – Santo Antônio do Grama – MG

LEI N°. 596/2021 De 09 de setembro de 2021.

Dispõe sobre o auxílio-transporte para trabalhador com emprego formal em outras cidades e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santo Antônio do Grama, MG, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio para o transporte de trabalhadores residentes no Município de Santo Antônio do Grama que sejam empregados ou prestem serviços em estabelecimentos que estejam sediados em outros Municípios e cumpram os requisitos previstos nessa lei.
- §1º O auxílio de que trata esta Lei será concedido da seguinte forma, a critério do Poder Executivo, conforme for mais econômico para a Administração, viável para atender aos trabalhadores e disponibilidade orçamentária:
- I fretamento de transporte coletivo para atender a grupo de trabalhadores que tenham o mesmo destino com, no máximo, 60km (sessenta quilômetros) de distância;
- II pagamento de até 100% (cem por cento) do valor integral da tarifa cobrada por empresa concessionária de transporte coletivo até as cidades de Rio Casca ou Ponte Nova;
 - §2º Para fazer jus à concessão do benefício, é necessário:
- I formalização de termo de compromisso entre o Município de Santo Antônio do Grama e o estabelecimento empregador, através do qual o último se comprometerá a disponibilizar mínimo de 10 (dez) vagas de trabalho para residentes em Santo Antônio do Grama:
- II o benefício somente será concedido aos trabalhadores após a formalização, pelo respectivo estabelecimento empregador, do termo de compromisso a que alude o inciso I.
- §3º Em se tratando do fretamento de que dispõe o inciso I, do §1º, deste artigo, o benefício será oferecido, preferencialmente, de acordo com a seguinte ordem, na forma da lei:
- I diretamente pela Prefeitura Municipal, através de veículos pertencentes à frota do Município;
- II mediante a contratação de prestadores de serviço sediados no Município de Santo Antônio do Grama, através de processo licitatório;
- III mediante a contratação de prestadores de serviço de outros Municípios, através de processo licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA Rua Padre João Coutinho, 121 CNPJ n° 18.836.973/0001-20 - Tel.: (31)3872-5005

35388-000 - Santo Antônio do Grama - MG

- Art. 2º Serão beneficiados com o auxílio de que trata o artigo 1º desta Lei, o trabalhador que atenda aos seguintes requisitos:
 - I possua residência fixa em Santo Antônio do Grama;
- II comprove estar trabalhando ou prestando serviço em estabelecimento sediado fora da sede de Santo Antônio do Grama:
- III tenha vínculo com empregador cujo termo de compromisso tenha sido formalizado nos moldes previstos no art. 1º.

Parágrafo único - Poderá ser aceito como comprovante de emprego ou trabalho declaração firmada por pessoa física, contratante dos serviços prestados, sob as penas da lei, contendo os seguintes requisitos mínimos:

- I Nome completo do empregador ou contratante, bem como os demais dados para identificação do empregador ou contratante, dentre os quais, incluem-se o endereço completo de residência ou de prestação do serviço, CPF da pessoa empregadora ou contratante:
 - II Valor pago pelo servico prestado;
 - III Local onde foi prestado o serviço;
 - IV Periodicidade da prestação do serviço;
 - V Telefone para contato do contratante.
- Art. 3º O pagamento será realizado, mensalmente e diretamente, à empresa que efetuar o transporte contratada na forma da lei de licitações.
- Art. 4º A Secretaria Municipal de Assistência Social fica responsável pelo cadastro dos trabalhadores interessados e concessão do benefício.
- § 1º A fiscalização da veracidade das informações prestadas será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, que poderá utilizar-se de ferramentas eletrônicas para a efetivação da fiscalização.
- § 2º O auxílio previsto nesta lei está sujeito à existência de dotação orçamentária ou orçamento, podendo ser suspenso ou minorado a qualquer momento, havendo insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção.
 - Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 - Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Santo Antônio do Grama, 09 de setembro de 2021.

Marco Aurélio Raminho Prefeito Municipal